

O que pensa a futura ministra dos Direitos Humanos sobre LGBT e mulheres

Em série de vídeos no YouTube, a então pastora diz que Brasil vive ditadura gay e nega que “milhões de mulheres” morram com abortos

[\(Exame, 07/12/2018 – acesse no site de origem\)](#)

A nova ministra do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, a pastora Damares Alves é advogada de formação e, hoje, atua como assessora parlamentar do senador Magno Malta, um dos articuladores de campanha do presidente eleito, Jair Bolsonaro.

No Congresso Nacional, ela é, ainda, assessora jurídica da Frente Parlamentar Mista da Família e Apoio à Vida, da Frente Parlamentar de Combate as Drogas e da Frente Parlamentar Evangélica.

Damares Alves, que já declarou ter sofrido abuso quando tinha seis anos de idade, é fundadora do Movimento ATINI – Voz pela Vida de proteção e defesa da criança indígena. Também é secretária geral do Movimento Nacional Brasil Sem Aborto e conselheira do Movimento Nacional Brasil Sem Drogas.

Ela é, ainda, coordenadora do projeto Adota Brasil e conselheira do Instituto Flores de Aço de combate à violência contra a mulher e de cuidado com a infância.

Sua indicação recebeu apoio de entidades, igrejas, organizações não governamentais e ativistas pró-família. O Instituto Infância Protegida divulgou nota de apoio à nova ministra.

“Damares Alves tem experiência de mais de 20 anos na defesa da vida e promoção da dignidade humana, na defesa da família, da infância, contra a pedofilia, infanticídio, suicídio e automutilação, bem como contra o consumo e a possibilidade de liberação das drogas, que de forma tão violenta tem ceifado a vida de nossos jovens no Brasil”, informa a nota, que complementa que ela representa a perpetuação dos valores morais, da família e da mulher.

O pensamento de Damares pode ser conhecido mais profundamente através de um culto de uma hora e meia ocorrido em maio de 2016 e publicado no YouTube.

A então pastora diz que “chegou a nossa hora” e que “é o momento de a Igreja ocupar a nação. É o momento de a igreja dizer à nação a que viemos. É o momento de a igreja governar”.

A futura ministra disse que “só há um lugar seguro em que o seu filho está protegido nesta nação. É o templo, é a igreja, é ao lado do seu sacerdote”.

O que disse sobre aborto

A Folha de São Paulo reportou que [a ministra falou sobre o tema aborto após sair de reunião com o presidente eleito na sede do governo de transição, em Brasília.](#)

“Se a gravidez é um problema que dura só nove meses, o aborto é um problema que caminha a

vida inteira com a mulher”, disse ela.

“Eu sou contra o aborto. Nenhuma mulher quer abortar. Elas chegam até o aborto porque, possivelmente, não foi lhe dada nenhuma outra opção. A mulher aborta acreditando que está desengravindando (sic), mas não está”, declarou.

A futura ministra também disse que “a pasta não vai lidar com o tema aborto, vai lidar com proteção de vida e não com morte”. O tema também é tratado em seu DVD, publicado no YouTube em fevereiro de 2014:

Em um dos vídeos com a pastora, publicado em abril de 2013 no YouTube, ela diz que os movimentos feministas manipulam dados para inflar o número de mortes causadas pelo aborto no país:

“[Ex-ministros da Saúde] dizem que no Brasil milhões de mulheres morrem por causa do aborto. Cadê os milhões de túmulos? Pastores, quantas mulheres vocês já fizeram o culto fúnebre e enterraram porque morreram por causa do aborto? Mentira! Não existe milhões de mulheres morrendo por causa do aborto no Brasil. Eles manipulam dados e estatísticas para impor na sociedade brasileira uma cultura de morte”.

O que disse sobre LGBT

Ao [jornal O Globo](#), a futura ministra afirmou nesta quinta-feira (06) que é preciso inserir transsexuais no mercado de trabalho.

“É essencial ter um diálogo com a travesti que está na rua, que está se prostituindo. Será que está lá por opção, ou porque não ingressam no mercado de trabalho? Gostaria muito de conversar sobre isso. Tenho encontrado travestis dotados de uma inteligência extraordinária e com o corpo machucado. O corpo na rua sendo machucado. Será que não está na hora de a gente começar a ver esse ser, que foi por tantos anos discriminado, e se perguntar: por que para o travesti sobra só a prostituição? Por que só esse caminho, por que não trazer eles para as universidades?”.

Questionada sobre o casamento homoafetivo, Damares disse que esse é um direito adquirido pois “direitos conquistados não se discute mais. Então, pra mim, é uma questão vencida, tanto é que o movimento gay nem tem mais isso como pauta, é uma questão superada, um direito civil garantido.”

Mas o seu histórico de declarações sobre o tema de direitos LGBT tem um tom menos conciliatório.

Em um trecho do seu DVD, ela diz que estamos vivendo uma “ditadura gay” e defende uma diferenciação entre os homossexuais, que devem ser amados e acolhidos, e as associações do movimento gay, que estão “milionárias” e “jogam sujo”.

“Falam que os religiosos são homofóbicos, mas não tem um crente, um evangélico na cadeia preso porque matou um homossexual. Quem há anos está nas ruas acolhendo os homossexuais dessa nação são os evangélicos (...) O movimento gay é um movimento partidário, ideológico e político e eles estão dispostos a enfrentar todas as outras instituições que são contrárias ao

que eles pensam”.

No vídeo de 2013, ela também diz, entre outras coisas, que “não há uma prova científica de que o gay nasce gay. Se tivesse eles já tinham jogado isso na nossa cara. Não existe. A homossexualidade ela é aprendida a partir do nascimento, lá na infância, lá no berço, a forma que se lida com a criança. Ninguém nasce gay”.

O que disse sobre ideologia de gênero

A pastora já afirmou diversas vezes que não acredita na “ideologia de gênero” e defende que homens e mulheres são diferentes, apesar de precisar de direitos iguais.

“Atuo contra a erotização de crianças e adolescentes e, conseqüentemente, estou há anos na estrada no combate à ideologia de gênero, pois a erotização de crianças é um dos pilares desta terrível ideologia.”

“Eu tenho uma posição muito forte em relação à teoria de gênero. É uma teoria furada, sem nenhuma comprovação científica. Mas homens e mulheres não são iguais. E isso eu tenho certeza. Mulher é mulher, homem é homem. É muito ruim dizer que somos iguais, porque eu não consigo carregar um saco de cimento nas costas, e o homem que está do meu lado não consegue fazer todas as coisas que eu faço ao mesmo tempo.”

“Todos os meninos vão ter que entregar flores para as meninas nas escolas, para entender que nós não somos iguais”, completa.

“Quando a teoria de gênero vai para a sala de aula e diz que todos são iguais e que não tem diferença entre menino e menina, as meninas podem levar porrada, porque são iguais aos meninos. Somos frágeis, mas somos muito especiais, fazemos coisas que eles não conseguem fazer”, diz Damares.

O que disse sobre papel da mulher na sociedade

Na entrevista para o Globo, ela diz também que “a mulher nasceu para ser mãe, porque a mulher nasceu com útero. Nesse planeta Terra, a fêmea nasce com útero para gerar. Então eu não menti. A mulher nasce para ser mãe. Se ela não quer ser mãe, é uma opção dela, mas a mulher nasceu, sim, para ser mãe.”

“É raça humana. O homem é protetor, provedor, cuidador. Mas a raça humana mudou. Então a gente briga com a natureza”, completa.

“Eu gostaria de ter um mundo em que a mulher só trabalhasse se quisesse. Meu sonho é estar numa rede, numa tarde e meu marido trabalhando muito, muito, muito para me sustentar e me encher de jóias”, diz a futura ministra.

Desafios

Para Jacira Melo, diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, um dos maiores desafios da nova ministra será ampliar as ações de combate à violência contra a mulher e a desigualdade racial no país.

Segundo a especialista, apesar dos avanços nessa área nos últimos anos, o Brasil ainda tem índices alarmantes quando o assunto é o feminicídio ou agressões por raça ou gênero.

“Apesar de termos avanços, principalmente, a partir do final dos anos 1990 na defesa dos direitos humanos, o Brasil está deixando muito a desejar no combate às desigualdades. Espero que as ações não sejam pautadas pelo caminho ideológico ou religioso, e sim com dados estatísticos”, disse Jacira Melo.

No Brasil, 13 mulheres são assassinadas por dia. Em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no país, o que representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras, um aumento de 6,4% no período de dez anos, segundo dados do Atlas da Violência 2018, feito pelo IPEA.

A imprensa não consegue chamar o feminicídio pelo que ele realmente é

Quem lê as manchetes pode pensar até que as mulheres morreram acidentalmente.

[\(BuzzFeed Brasil, 03/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)

No mês passado (27), mais um caso no qual o marido assassinou a mulher saiu na imprensa com uma manchete que parecia estar falando de uma situação completamente diferente.

Mulher é morta e marido morre atropelado por caminhão na Grande Florianópolis

Segundo a polícia, suspeito matou mulher após briga e depois teria cometido suicídio.

Por G1 SC

27/11/2018 09h17 · Atualizado há 5 dias

A [taxa de feminicídios no Brasil](#) é a quinta maior do mundo - portanto, infelizmente, notícias de mulheres assassinadas pelos parceiros estão toda hora na mídia. Mas quem lê as manchetes talvez não perceba a dimensão do problema.

BRASIL

Homem ateia fogo na própria casa e mata esposa e a filha de 1 ano

Suspeito trancou com cadeado e incendiou o local com a mulher, a sogra e os quatro filhos dentro em Assis, no interior de São Paulo



Quem ler esta, por exemplo, pode pensar até que foi ACIDENTE.

Mulher é morta asfixiada após olhar celular do namorado, diz delegado na PB

Segundo Polícia Civil, casal brigou quando mulher viu contatos; corpo foi colocado em tonel e depois enterrado.

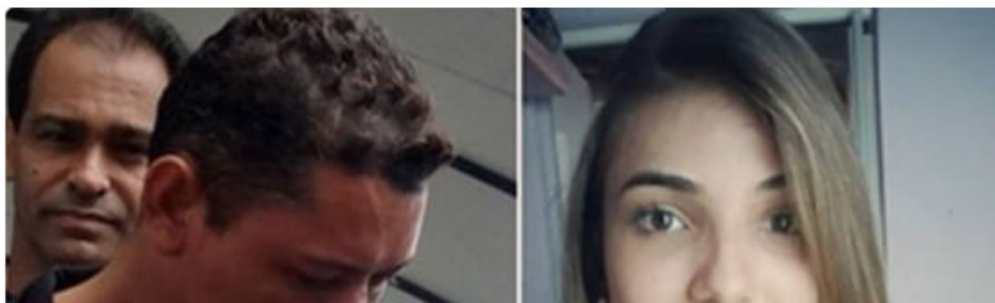
Por Artur Lira, G1 PB

Valéria foi asfixiada pelo namorado, que depois enterrou o corpo, após uma briga por ela ter olhado o celular dele.

Em cada manchete tem algo que tenta mascarar a natureza real desse crime. Por exemplo, o que a palavra “apaixonado” está fazendo aqui?

Padrasto apaixonado pela enteada estupra, mata e esconde corpo em canavial

ESCRITO POR: SITES DA WEB - POLÍCIA - 19 DE NOVEMBRO DE 2015



Ninguém estupra e mata “por amor”.

REPROVADO EM AMOR? A reportagem fala de um assassino que matou uma mulher. Amor não tem a ver com isso e piadas muito menos.

[View image on Twitter](#)



Mandis  @Amandhasenna_



Zapeando me deparo com esse título ridículo, romantizando Femicídio
"Reprovado na Matéria Amor" [#CidadeAlerta](#)

[6:38 PM - Nov 28, 2016](#)



[See Mandis](#)  ['s other Tweets](#)

[Twitter Ads info and privacy](#)

Mesmo quando o crime é reportado com clareza, as manchetes parecem ter receio de dizer que o assassino foi o parceiro amoroso da vítima.

Homem mata funcionária do Hospital das Clínicas a facadas

Autor do crime é um ex-cônjuge com quem ela conviveu por nove anos e de quem havia se separado; caso foi registrado como feminicídio

**Marco Antônio Carvalho - O
Estado de S.Paulo**

13 Junho 2018 | 17h22

Quem ler isso aqui vai achar que foi bala perdida: ela foi “atingida por um disparo no rosto” DISPARADO PELO NAMORADO.



GaúchaZH 

@GauchaZH

Seguir

Jovem foi atingida por um disparo no rosto na casa em que vivia com o namorado na zona norte de Porto Alegre



"É difícil saber que nunca mais ela vai dizer 'tô indo aí'", lamenta mãe de jove...

Débora Forcolén, 18 anos, foi atingida por um disparo no rosto na casa em que vivia com o namorado, na zona norte de Porto Alegre

gauchazh.clicrbs.com.br

O homem pegou uma arma, apontou e atirou no rosto da própria namorada.

Esta manchete chama o feminicídio de "doença urbana" de tanto que é comum, mas comete a imensa mancada de chamar de "passionalismo", associando com paixão.

COMPORTAMENTO

Passionalismo, a nova doença urbana

Ao menor sinal de rejeição ou diante de um mero descontentamento, homens estão matando suas mulheres como nunca se viu no Brasil — e, em alguns casos, assassinam também os filhos e se suicidam



Aqui, parece que a moça terminou um namoro e depois aleatoriamente foi estrangulada.

[View image on Twitter](#)



O Globo_Rio

✓@OGlobo_Rio

Jovem morre estrangulada após término de relacionamento em Ramos
<http://glo.bo/29VEtDC>

14

9:06 AM - Jul 21, 2016 · Niterói, Brasil

E esta manchete chega a dizer que o assassino é o WhatsApp para não ter que dizer que um homem matou a própria namorada.



Diário Do Estado ▶ enquanto isso em
Caldas Novas...

23 min •



WhatsApp 'mata' Ex-dançarina do Aviões do Forró
A dançarina Ana Carolina Vieira, de 30 anos, foi...
diariodoestadogo.com.br

Por Susana Cristalli e Rafael Capanema, da equipe BuzzFeed, Brasil

ONU revela qual é o lugar mais perigoso para mulheres

O lugar mais perigoso para uma mulher não é uma rua escura. É a sua própria casa. É o que diz um [novo relatório divulgado](#) pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), que analisou os homicídios de mulheres e meninas relacionados ao gênero.

(Revista Donna, 03/13/2018 - acesse no site de origem)

Das 87 mil mulheres assassinadas no mundo no ano de 2017, cerca de 50 mil foram mortas por um conhecido. Aproximadamente 30 mil casos foram de autoria de companheiros íntimos.

- Como esta pesquisa mostra, assassinatos de mulheres e meninas relacionados a gênero continuam sendo um problema grave entre as regiões, em países ricos e pobres. Enquanto a grande maioria das vítimas de homicídio é formada por homens, mortos por estranhos, mulheres são muito mais propensas a morrer nas mãos de alguém que elas conhecem - considerou Yury Fedotov, diretor executivo do UNODC, em texto no prefácio do documento.

O maior número (20 mil) de mulheres mortas em todo o mundo por parceiros íntimos ou familiares em 2017 foi registrado na Ásia, seguido da África (19 mil), das Américas (8 mil) e da Europa (3 mil).

Contudo, a África foi considerada o continente onde as mulheres correm o maior risco de serem mortas em casa, com cerca de 3,1 vítimas a cada 100 mil mulheres. A Europa, com 0,7 vítimas por 100 mil mulheres, é a região onde o risco é menor.

O relatório do UNODC ressalta a necessidade de criar mais programas contra a violência de gênero. Além disso, o documento faz um apelo para que os governos ajudem a abordar o assunto.

Casa da Mulher Brasileira de Boa Vista (RR) será inaugurada nesta segunda-feira (3)

Nesta segunda-feira (03), será realizada a cerimônia de inauguração da Casa da Mulher Brasileira (CMB) de Boa Vista, em Roraima. O serviço permite a integração de instituições que atuam no processo de enfrentamento à violência contra a mulher e maior humanização no atendimento. A CMB, que foi projetada para atender até 200 pessoas por hora, se trata da principal ação do Programa Mulher, Viver sem Violência, desenvolvido pelo Ministério dos Direitos Humanos (MDH), por meio da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM).

[\(MDH, 30/11/2018 – acesse no site de origem\)](#)

A Casa reúne Juizado Especial, Núcleo Especializado da Promotoria, Núcleo Especializado da Defensoria Pública, Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, alojamento de passagem, brinquedoteca, apoio psicossocial e capacitação para a sua autonomia econômica.

A unidade em Roraima está situada no bairro de São Vicente, em Boa Vista, e representa um investimento de R\$ 10,5 milhões do Governo Federal para construção. Soma-se ao montante mais 8 milhões, a título de manutenção, que serão liberados por meio de convênio celebrado entre Governo Federal e Governo Estadual.

“A entrega da Casa da Mulher Brasileira de Boa Vista representa a concretização de uma importante política pública de Estado em prol do enfrentamento à violência. A inauguração da Casa acontece justamente durante os 16 dias de ativismo, momento que conclamamos a todas e todos para refletir e realizar ações para a eliminação da violência contra a mulher”, destaca o ministro dos Direitos Humanos, Gustavo Rocha.

A cerimônia será conduzida pela secretária nacional de Políticas para Mulheres do MDH, Andreza Colatto, e pela governadora de Roraima, Suely Campos. São esperadas ainda autoridades, organismo internacionais como a ONU Mulheres e representantes da sociedade civil.

“A entrega desta casa representa um avanço importante para as mulheres de Roraima. Principalmente neste momento complexo de alta migração”, ressalta Andreza Colatto.

O Governo de Roraima, que é responsável pela administração da Casa, ressalta a importância do equipamento. “A Casa da Mulher Brasileira vem justamente para colaborar no atendimento a essas mulheres que ainda sofrem com isso. Será um centro de atendimento humanizado composto por vários órgãos de ajuda à mulher, como delegacias, Ministério Público, Defensoria Pública, enfim, toda a assistência que a mulher vítima de agressão precisa receber para garantir seu acolhimento humanizado”, afirma a governadora Suely Campos.

Dados do Ligue 180

Os dados do Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher indicam que foram registradas 84 denúncias de violência contra a mulher em Roraima no primeiro semestre de 2018, o que representa aumento de 75% no comparativo com o primeiro semestre de 2017.

De acordo com o mapa da violência de 2015, Roraima apresenta o maior número de homicídios de mulheres.

Serviço

Evento: Inauguração da Casa da Mulher Brasileira

Data: 03 de novembro de 2018 (segunda-feira)

Horário: 16h

Local: R. Uraricuera, S/N, São Vicente – Boa Vista/RR

CONTATOS: Nieve Neves (61) 98282-6391 / Simone Cesário (95) 99123-7059

[Câmara dos Deputados aprova quatro projetos de enfrentamento à violência contra as mulheres](#)

Propostas foram escolhidas pela bancada feminina por ocasião da campanha mundial dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres

[\(Câmara dos Deputados , 28/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (28) quatro projetos de lei relacionados aos 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres. Sob a Presidência da deputada Mariana Carvalho (PSDB-RO), os deputados agravaram a pena de feminicídio, ampliaram medidas protetivas da Lei Maria da Penha, puniram o registro da intimidade sexual e autorizaram mães e grávidas que estejam em prisão preventiva a passar para o regime domiciliar.

As votações foram realizadas após negociação da bancada feminina com líderes partidários. A proposta mais controversa altera a Lei Maria da Penha para que o autor de violência familiar frequente centros de educação e de reabilitação e receba acompanhamento psicossocial, por meio de atendimento individual ou em grupo de apoio (PL 5001/16).

A deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) explicou que um acordo em Plenário tornou a frequência à orientação uma possibilidade ao juiz, e não uma obrigação. “A gente colocou como uma medida que indiretamente protege as mulheres porque o juiz pode indicar a frequência à orientação como ação de recuperação de valores antes do trânsito em julgado, sem a obrigatoriedade do texto original”, disse.

A deputada Carmen Zanotto (PPS-SC) ressaltou que o projeto aposta na ressocialização. “É preciso acreditar que as pessoas têm recuperação e ensinar ao agressor o que aquele ato representa”, afirmou.

A deputada Keiko Ota (PSB-SP), autora de proposta que tramitou apensada ao PL [5001/16](#), ressaltou que é importante trabalhar na prevenção. “O custo da prevenção é sempre menor do que o impacto causado pela tragédia”, disse.

Vídeo não autorizado

Outro tema aprovado é a criminalização do registro não autorizado da intimidade sexual, com pena de detenção de 6 meses a 1 ano e multa. Pelo texto (PL [5555/13](#)), comete o mesmo crime quem realiza montagem para incluir pessoa em cena de nudez ou ato sexual.

A deputada Erika Kokay (PT-DF), relatora da proposta, destacou que a violação da intimidade sexual também é uma forma de violência. “A violência contra as mulheres é tão naturalizada que, muitas vezes, não é percebida enquanto tal. Há muito pouco tempo que nós estamos percebendo diversas violências que atingem as mulheres. Hoje, nós percebemos e

transformamos em lei o seu impedimento, que é a violência da publicidade da intimidade sexual”, afirmou.

Agravante de pena

Os deputados também agravaram a pena de quem matar a mulher descumprindo medida protetiva já declarada diante de agressões ou abusos previstos na Lei Maria da Penha. Emenda do Senado que retirava esse agravante foi rejeitada no Plenário da Câmara.

O relator da proposta (PL [3030/15](#)), deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), explicou que o entendimento atual é de que o crime de feminicídio acaba absorvendo o crime de violação da medida protetiva, sem resultar em agravamento de pena.

Para o deputado Edmilson Rodrigues (Psol-PA), a medida busca proteger ainda mais mulheres em situação de vulnerabilidade. “Geralmente, o Psol é contra aumentar penas de forma banal, nas não se pode premiar agressores com penas brandas”, afirmou.

A outra proposta aprovada (PL [10269/18](#)) coloca na lei entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) que deu às detentas mães o direito de cumprir a pena em regime domiciliar.

CONTINUA:

- [Câmara aprova aumento de pena para feminicídio](#)
- [Câmara aprova projeto que criminaliza registro não autorizado de intimidade sexual](#)
- [Câmara aprova projeto que prevê comparecimento de agressores de mulheres a centros de reabilitação](#)
- [Câmara aprova prisão domiciliar para gestantes e mães](#)

ÍNTEGRA DA PROPOSTA:

- [PL-5555/2013](#)
- [PL-3030/2015](#)
- [PL-5001/2016](#)
- [PL-10269/2018](#)

Reportagem - Carol Siqueira

Lugar mais perigoso para mulheres é a própria casa, diz ONU

O lar é o lugar mais perigoso para uma mulher, indicou estudo da Organização das Nações Unidas (ONU) que descobriu que o número de mulheres assassinadas por parceiros ou familiares está crescendo globalmente.

[\(Extra.com, 26/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Cerca de 50 mil mulheres foram assassinadas em todo o mundo no ano passado por um atual ou ex-parceiro ou por um familiar –o equivalente a 137 mortes por dia, ou seis por hora– informou o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC, na sigla em inglês).

Leia também: [Seis mulheres são vítimas de feminicídio a cada hora, segundo a ONU](#)

“Embora a vasta maioria de vítimas de homicídio seja de homens, as mulheres continuam a pagar o preço mais alto como resultado da desigualdade de gênero, da discriminação e de estereótipos negativos”, disse o diretor-executivo do UNODC, Yury Fedotov, em comunicado.

Apesar de recentes campanhas de destaque, como a #MeToo, na qual mulheres denunciaram publicamente casos de assédio sexual, elas ainda têm muito mais probabilidade de serem assassinadas por seus parceiros ou familiares.

O número total de assassinatos deste tipo subiu levemente entre 2012 e 2017 –e a proporção de vítimas assassinadas por parceiros ou familiares subiu de menos de meio, em 2012, para quase seis em dez mulheres no ano passado, indicou o estudo.

Muitas foram assassinadas por parceiros abusivos, enquanto outras foram vítimas dos chamados crimes de honra ou de disputas por dotes, acrescentou.

Assassinatos cometidos por parceiros ou familiares normalmente não são ataques únicos, mas resultado de abusos domésticos anteriores, segundo o relatório.

“Essas descobertas chocantes demonstram as consequências devastadoras da desigualdade de gênero que perpetua a violência contra as mulheres”, disse Sarah Masters, diretora do grupo de direitos humanos Womankind Worldwide, à Thomson Reuters Foundation.

O relatório do UNODC pediu por mais ações para combater a violência de gênero, incluindo maior coordenação entre a polícia, médicos e serviços sociais, assim como esforços para garantir que serviços de apoio especializado estejam disponíveis para mulheres em situações de risco.

Homens também devem ser envolvidos em programas para combater normas de gênero nocivas desde a educação primária, acrescentou.

*Reportagem de Sonia Elks
(Thomson Reuters Foundation)*

[Seis mulheres são vítimas de feminicídio a cada hora, segundo a ONU](#)

Um total de 137 mulheres são vítimas a cada dia de assassinatos em 2017, seis por hora, cometidos pelos seus companheiros, ex-maridos ou familiares, quase sempre homens, segundo um relatório publicado neste domingo pelas Nações Unidas.

[\(EFE, 26/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

“No mundo todo, em países ricos e pobres, em regiões desenvolvidas e em desenvolvimento, um total de 50 mil mulheres são assassinadas todo ano por companheiros atuais ou passados, pais, irmãos, mulheres, irmãs e outros parentes, devido ao seu papel e a sua condição de mulheres”, denuncia o relatório.

O documento, elaborado pelo Escritório das Nações Unidas contra a Droga e o Crime (Onudd), indica que 58% de todos os assassinatos de mulheres em 2017 foram cometidos por companheiros ou familiares, o que faz com que o lar seja o “lugar mais perigoso para as mulheres”.

“As mulheres continuam pagando o mais alto preço como resultado dos estereótipos de gênero e desigualdade”, afirma o documento “Assassinato de gênero de mulheres e meninas”.

O relatório indica que os assassinatos de mulheres por parte dos seus companheiros “é frequentemente a culminação de uma violência de longa duração e pode ser prevenida”.

A ONU considera que um “aspecto crucial” para enfrentar o problema é envolver os homens na luta contra o feminicídio e “desenvolver normas culturais que se afastem da masculinidade violenta e dos estereótipos de gênero”.

Entre outros assuntos, se menciona como uma boa política de prevenção a “educação precoce de meninos e meninas, que promova a igualdade de gênero e ajude a quebrar os efeitos negativos dos papéis de gêneros estereotipados”.

Caminhada Maria Bonita marca o Dia de Combate à Violência contra a Mulher em São Paulo

Na manhã deste domingo (25), em São Paulo, a Unibes promoveu a segunda edição da Caminhada Maria Bonita em parceria com o comitê de Combate à Violência Contra a Mulher do Grupo de Mulheres do Brasil. O evento atraiu homens, mulheres e crianças que andaram desde a sede do Unibes Cultural, na rua Oscar Freire, até a Avenida Paulista.

[\(Universa, 25/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

A caminhada aconteceu exatamente no Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher, e foi uma das iniciativas propostas para a campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo fim da violência contra mulheres, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A Dra. Raquel Preto, advogada e líder do Comitê de Combate à Violência contra a Mulher do Grupo Mulheres pelo Brasil, comentou que, diferente da edição de 2017, que aconteceu no Parque Ibirapuera (SP), o grupo decidiu levar o ativismo para as ruas. “Nós sentimos que a

cidade precisa sentir o impacto, a população precisa visualizar esse tema e esta caminhada precisava estar dentro do contexto do espaço urbano da cidade de São Paulo. A ocupação do espaço urbano com o compartilhamento das mensagens de conscientização seria mais forte”, diz.

Usando camisetas laranjas, cor proposta pela ONU para a data internacional, Dra. Preto afirmou que a caminhada foi “energética, reunimos cerca de centenas de pessoas e houve muito engajamento, com mulheres vindo de outros lugares de São Paulo, para participar da caminhada”. Ela atribui uma maior participação do público feminino pela empatia que o tema causa. “As mulheres acabam se engajando mais, infelizmente, porque elas sentem mais na pele as formas de violência, e há um interesse maior. Acho que estamos conseguindo romper uma barreira cultural sobre este assunto. Nada justifica a violência. É evidente que nenhum ser humano merece apanhar ou ser morto, muito menos merece uma mulher”, pensa. Durante a caminhada, relata, o grupo recebeu acenos de carros que passavam por eles.

Em relação aos 16 Dias de Ativismo pelo fim da violência contra mulheres, a Dra. Preto conta que a caminhada foi a primeira iniciativa da campanha, “que também aconteceu em outros núcleos do país, como em Franca (SP), Salvador (BA) e João Pessoa”. Ao longo dos próximos dias, mais ações acontecerão em todos os Estados, por meio de mídias sociais, peças de teatro e campanhas audiovisuais. “Não há um dia neste país que nós não saibamos, ou pela mídia de grande porte, ou pelas mídias sociais ou amigos, de uma mulher que foi morta, ou estuprada, ou assediada em espaços públicos. E passam os anos e pouco se tem feito para o enfrentamento efetivo desta mazela crônica. É chegada a hora de darmos um basta.

Todos, sem exceção, num estado democrático de direito, devem enfrentar a violência contra a mulher, conclui.

Menos armas para salvar as vidas das mulheres na América Latina, por Izumi Nakamitsu

Em artigo, a alta representante das Nações Unidas para Assuntos de Desarmamento, Izumi Nakamitsu, defende a necessidade de governos latino-americanos formularem leis que regulem mais estreitamente as armas e as munições, tornando mais difícil a aquisição por parte de agressores de mulheres e meninas.

[\(Nações Unidas, 23/11/2018 – acesse no site de origem\)](#)

“A América Latina abriga 14 dos 25 países onde o feminicídio é mais comum. Doze assassinatos motivados por gênero ocorrem na região a cada dia, a maioria por meio de armas de fogo, e as leis não garantem justiça para 49 de cada 50 vítimas”, afirmou. Leia o artigo completo.

Salvemos a vida das mulheres na América Latina – uma mudança de mentalidade

*Por Izumi Nakamitsu**

A igualdade entre homens e mulheres continua sendo um assunto pendente. O movimento #MeToo colocou a atenção internacional na prevalência generalizada da agressão sexual e do assédio. A verdade é que a violência contra mulheres e meninas é uma das violações de direitos humanos mais comuns, arraigadas e devastadoras do mundo.

Em muitos lugares, essa violência é parte da vida cotidiana, é uma ameaça constante apoiada em noções destrutivas de masculinidade e que dá forma às interações humanas. O machismo está presente na vida cotidiana da América Latina, apesar de não ser exclusivo dessa região. Esta noção arcaica de masculinidade, em conjunto com a ampla disponibilidade de armas de fogo, é uma receita para aqueles que se sentem no direito de exercer poder sobre outros.

Nos lares e entre parceiros, o poder das armas para ameaçar e aterrorizar faz com que atos como assédio e estupro sejam fáceis de serem cometidos pelos abusadores. Os perpetradores atacam cotidianamente indivíduos por meses e anos, e seus crimes só são interrompidos com a morte de suas vítimas.

A América Latina abriga 14 dos 25 países onde o feminicídio é mais comum. Doze assassinatos motivados por gênero ocorrem na região a cada dia, a maioria por meio de armas de fogo, e as leis não garantem justiça para 49 de cada 50 vítimas.

Ao lembrar o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher, 25 de novembro, começamos com 16 dias de ativismo contra a violência de gênero, nos quais as pessoas da região compartilham a responsabilidade de pressionar para colocar fim a esses atos e atitudes culturais que a tornam possível. Como disse minha colega, Amina Mohammed, secretária-geral adjunta das Nações Unidas, “nenhuma mulher deve morrer por ser mulher”.

Nos últimos anos, foi firmada uma série de compromissos internacionais para combater a violência de gênero. Mencionarei três deles. Em 2014, o Tratado sobre o Comércio de Armas tornou-se o primeiro acordo legalmente vinculante para reduzir as transferências de armas entre Estados, caso haja risco de esses armamentos serem usados para facilitar a violência de gênero.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), firmados por todos os países do mundo em 2015, apoiam os esforços para colocar fim a todas as formas de violência contra as mulheres e meninas para reduzir significativamente a disponibilidade de armas ilícitas. E, este ano, o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, reconheceu em sua agenda para o desarmamento que, para eliminar a violência sistemática contra as mulheres, elas devem fazer parte da tomada de decisões em cada passo do caminho.

Agora, precisamos traduzir essas visões e compromissos em uma mudança real em campo. Um passo seria os governos formularem leis de regulação mais estrita de armas e munições, tornando mais difícil sua aquisição por abusadores. Além disso, o Escritório para Assuntos de Desarmamento da ONU em Lima está ajudando os oficiais da polícia na região a adquirir habilidades para administrar com mais cuidado as evidências físicas de violência provocada por armas de fogo relacionada com temas de gênero.

Isso faz com que seja muito menos provável que os tribunais rejeitem os casos alegando evidências escassas. A ONU também está cooperando com os governos da região para destruir as armas confiscadas, em excesso e obsoletas, retirando-as permanentemente de circulação. Até a data, ajudamos os países da região a destruir mais de 100 mil armas e 125 toneladas de munições.

Apesar de os governos serem os principais responsáveis por controlar as armas, abordar os fatores sociais e culturais por trás da violência armada demandará melhorar a cooperação e o diálogo entre organizações internacionais, regionais e sub-regionais, institutos de pesquisa, empresas privadas e a sociedade civil. O reconhecimento sobre a violência com armas de fogo contra mulheres e meninas tem aumentado, assim como o movimento para erradicá-la.

Ao unir nossas experiências, forças e esforços, poderemos abordar diretamente este problema, mudar a mentalidade, os comportamentos e as ideias profundamente arraigadas sobre virilidade e salvar a vida das mulheres.

*Alta representante das Nações Unidas para Assuntos de Desarmamento

Justiça racial: sociedade e Estado em prol da igualdade, por Márcia Lima

Por muito tempo, discriminação foi tema ignorado

[\(Folha de S.Paulo, 20/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Celebramos nesta terça-feira (20) os 323 anos da morte de Zumbi dos Palmares. Já existe no país uma tradição de promover, ao longo desta semana ou deste mês, reflexões sobre a questão racial.

Precisaríamos muito mais do que isso para avançarmos neste debate. Mesmo assim, é importante, neste dia, registrarmos as conquistas, os entraves e, acima de tudo, ficarmos atentos em relação ao futuro.

O cenário das desigualdades raciais no Brasil em suas amplas dimensões -acesso à educação, progressão escolar, emprego, rendimentos, violência racial, dentre outros- tem sido alterado em razão de três aspectos fundamentais: denúncia, pesquisa e ação estatal.

No campo da denúncia, as lutas contra a opressão racial são parte da [nossa história](#). As conquistas da população negra têm sido decisivamente marcadas pela resistência e denúncia de seu próprio povo do tratamento recebido pelo Estado e pela sociedade brasileira.

As rebeliões escravas, a formação dos quilombos, a imprensa negra, assim como a produção intelectual e artística dos negros brasileiros são alguns de muitos exemplos históricos do engajamento de negros e negras na demanda pela igualdade racial. Nenhuma conquista dos negros neste país ocorreu sem sua luta e participação.

Nas pesquisas acadêmicas são fartos os estudos sobre os efeitos da condição étnico-racial na composição das desigualdades. Há pelo menos oito décadas de acúmulo de investigações que buscam entender os entraves enfrentados pela população negra no processo de realização socioeconômica.

Pesquisas realizadas por acadêmicos negros e brancos, nacionais e estrangeiros, em diferentes instituições de ensino e pesquisa, constatam que ser negro altera as chances de mobilidade social, de realização educacional e dos seus rendimentos, independentemente da origem social.

Mesmo quando [quebram as barreiras educacionais](#), recebem salários desiguais. Vale ressaltar ainda que as desigualdades raciais não se restringem às dimensões medidas pelos tradicionais indicadores de educação e renda. As taxas de homicídios da população jovem, assim como as de feminicídio, são fortemente marcadas pela condição racial das vítimas. A violência no Brasil não é aleatória e afeta de forma desigual os negros do país, marcados pelos estereótipos raciais que colocam todo jovem negro sob suspeição.

No que concerne às políticas públicas, o processo de reconhecimento dessa agenda ocorreu recentemente e foi de curta duração. Durante muito tempo, o Estado brasileiro ignorou a existência de desigualdade racial, deixando de tratar desse tema como um problema da sociedade brasileira. Mesmo com todas as limitações, a inclusão dessa questão na pauta estatal promoveu mudanças profundas no quadro das desigualdades raciais do país.

Em dez anos, quadruplicou a presença de negros no sistema de ensino superior, foram revistos os conteúdos didáticos sobre a história do negro no Brasil e teve início o reconhecimento dos territórios quilombolas. Hoje temos no Brasil uma geração de jovens negros mais escolarizados, que conhecem e têm orgulho da sua história e demandam por futuro mais igualitário.

A manutenção da igualdade racial deve ser meta de qualquer governo comprometido com o futuro do país, que tem mais de 50% de negros na sua população. Não é mimimi muito menos vitimismo. Trata-se de justiça.

Márcia Lima é professora do Departamento de Sociologia da USP, pesquisadora do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e assessora do Geledés - Instituto da Mulher Negra